

Nome simplificado da prática de gestão implantada:

Acordo de Cooperação Universitária

Resumo da prática de gestão e de seus resultados:

A Subprefeitura Campo Limpo celebrou o Acordo de Cooperação No. 1/2017 com o Centro Universitário Adventista de São Paulo – UNASP, para o desenvolvimento de projetos de extensão, com fundamento no Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - MROSC. A parceria não implica em ônus para o orçamento da Prefeitura. Em seu primeiro ano de vigência, o Acordo de Cooperação produziu: projetos participativos e autossustentados de praças; criação de um banco de dados dos logradouros regionais; levantamentos métricos cadastrais; pesquisa de microclima organizacional; avaliação e cadastro da arborização urbana; projetos de mobiliário urbano; projetos de assistência técnica para habitação social; projeto de inclusão digital etc. contabilizando mais de 10.000 horas de voluntariado do corpo docente e discente do UNASP. Além da renovação com o UNASP, a SUB-CL está em tratativas para celebrar parceria com o campus local da Universidade Anhanguera. A iniciativa converge para o Eixo Desenvolvimento Institucional do Programa de Metas 2017-20 da Prefeitura do Município de São Paulo. Em relação ao Modelo de Excelência em Gestão, esta prática está impactando todos os 8 critérios, com destaque para Sociedade e Resultados.

INFORMAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO**Denominação da organização candidata:**

Subprefeitura Campo Limpo, SUB-CL)

Trata-se de: **Organização completa ou** **Unidade autônoma ou Divisão de outra organização****Atividades principais da organização candidata:**

Governo local da Prefeitura, facilitação interinstitucional pública, zeladoria urbana, controle de uso e ocupação do solo, desenvolvimento urbano ,

Qtde de funcionários da org. candidata (porte):

202

*Consulte o limite de páginas para este Case, conforme o Porte, ao final deste documento.***Ramo de atividade:**

Administração Pública

Área resp. pela coord. da Prática de Gestão na organização:

Coordenadoria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano

Endereço principal da organização candidata:

Rua Nossa Senhora do Bom Conselho, 59. São Paulo, SP. CEP 05763-470.

Nome do resp. pela candidatura da organização candidata:

Rosane Segantin Keppke

Email: rkeppke@smpr.prefeitura.sp.gov.br**Fone:** 11-3397-0510**Cel:** 11-98075-4237**Nome do principal executivo da organização candidata:**

Claudete Pereira da Silva, Subprefeita

Email: claudetepsilva@smpr.prefeitura.sp.gov.br**Fone:** 11-3397-0511**Cel:** 11-95071-2069**Razão social responsável pela organização candidata:**

Subprefeitura Campo Limpo

Endereço principal da organização responsável: Rua Nossa Senhora do Bom Conselho, 59. São Paulo, SP. CEP 05763-470**CNPJ da organização responsável:**

05.604.369/0001-27

Declaração de idoneidade:*O principal executivo da organização candidata, acima informado, declara para fins de direito, que:*

- 1) são verdadeiras as informações apresentadas nesta candidatura, não tendo sido omitidas informações adversas que sejam relevantes;
- 2) está de acordo com a avaliação do Case por Banca Examinadora voluntária e independente regida pelo Código de Ética do IPEG e
- 3) concorda com a divulgação do Case para fins educacionais visando ao desenvolvimento socioeconômico do Estado de São Paulo, caso ele seja considerado finalista pela Banca Examinadora. Neste caso, o IPEG aceitará a substituição do Case por nova versão de divulgação ao público até a data do Evento do PPQG - Mérito da Inovação em Gestão e respectiva Cerimônia, no qual a candidatas finalistas apresentam seus Cases.
- 4) esta declaração é firmada automaticamente na formalização da Inscrição do Case ao PPQG – Modalidade Mérito de Inovação em Gestão por meio do pagamento do patrocínio na forma de “Cota de Inscrição de Case” conforme o respectivo Regulamento.

Critérios PPQG - Modalidade Mérito da Inovação em Gestão**e****RDPG – Relatório de Descrição da Prática de Gestão**

A descrição do Relatório abaixo é realizada por meio do preenchimento dos espaços reservados em texto Arial 10 e deve ser simples e objetiva para responder as questões propostas nos Critérios A, B e C, focando os fatores a serem avaliados pela Banca Examinadora voluntária do IPEG na resposta. Tabelas (texto Arial 8) e Figuras/Gráficos (texto Arial 6) podem ser utilizados livremente. Este documento, até o final das respostas ao Critério C, deve respeitar a quantidade de páginas prevista para o Porte da organização, especificado no final deste formulário. Apenas o conteúdo relatado será avaliado, não havendo fatores estéticos. O conteúdo do Critério D será apresentado presencialmente somente pelas organizações responsáveis pelos Cases selecionados como finalistas pela Banca Examinadora no Evento do PPQG - Mérito da Inovação em Gestão, no mês de Novembro. Nesse evento, a Banca avaliará os Fatores relativos a esse Critério para compor a pontuação final. Com base nela haverá a seleção da(s) vencedora(s), que alcançar(em) as maiores faixas de pontuação do certame.

Após preenchimento enviar para ppqg@ppqg.org.br juntamente com o Comprovante de Inscrição (ver site).**A. A OPORTUNIDADE***A.1. Qual foi a oportunidade de melhoria de gestão – problema, desafio, dificuldade – solucionada pela prática de gestão candidata?**Informar de que forma o problema foi identificado. Apresentar resultado ou situação adversas ou não satisfatórias, constatados no período anterior à implementação da prática, explicando-os. Descrever a ligação do problema com os objetivos estratégicos da organização. Informar como esse problema afeta o setor.*

Fatores de avaliação pela Banca Examinadora na resposta

A.1.1 Origem em sistemática de avaliação estruturada

A.1.2 Relevância do problema para a organização

A.1.3 Relevância do problema para as organizações do setor, do ramo ou em geral

A.1.1. A escassez de recursos materiais, humanos e financeiros tem instigado o Setor Público a buscar soluções para realizar mais e melhores políticas públicas com menos recursos, ao mesmo tempo em que tem instado o Setor Privado e o Terceiro Setor às práticas de parceria e cidadania ativa pela sociedade civil.

Esta é também a situação da Subprefeitura, que nos últimos anos tem percebido a retração de seus recursos orçamentários, a drástica redução de seu quadro funcional devido às aposentadorias e, na direção oposta, o aumento progressivo das demandas por serviços públicos. As atribuições e atividades operacionais absorvem quase integralmente os esforços de seus servidores - sempre com déficit em relação à demanda, sobrando poucos recursos para a sua agenda propositiva, os seus projetos extraordinários e as suas próprias políticas estratégicas.

De outra parte, havia um potencial latente para as universidades locais alinharem seus projetos de extensão com as necessidades da Administração e dos cidadãos da SUB-CL. Ademais, o Setor Público apresenta-se como um campo fértil para a pesquisa e a aplicação de saberes da academia.

No contexto desta problemática, a Subprefeitura vislumbrou a oportunidade de se aproximar das universidades locais, primeiramente do UNASP, com amparo legal no inciso VIII-A do Art. 2º. Do Marco Regulatório da Sociedade Civil – MROSC, Lei nº 13.019/14, alterada pela Lei 13.204/15, regulamentada pelo Decreto Municipal no 57.575/16. Pelo MROSC é possível celebrar Acordos de Cooperação com Organizações da Sociedade Civil, sem envolver a transferência de recursos financeiros - condição que satisfaz ambas as partes: a Subprefeitura, por receber novos projetos e colaboradores voluntários, e o UNASP, pela oportunidade de colocar o seu corpo social em projetos de extensão, notadamente os discentes do campus de Engenheiro Coelho, que tinham maior dificuldade para realizar estágio, mesmo em regime não remunerado.

A avaliação dos resultados da iniciativa é condição necessária para a celebração de Acordos de Cooperação com fundamento no MROSC. No caso, as parceiras formulam Planos de Trabalho temáticos considerando objetivos, metas, prazos, responsáveis, recursos e indicadores qualiquantitativos. Os resultados da avaliação são imprescindíveis para a prorrogação do Acordo, partindo-se da premissa de que deve ser uma relação ganha-ganha.

A.1.2 Mergulhada nas vultosas demandas de zeladoria urbana e fiscalização de uso e ocupação do solo, para a Subprefeitura sobram pouca energia, motivação, tempo e recursos para investir no extraordinário e até mesmo no estratégico, de modo que a aproximação da academia a oxigenou e somou um quadro qualificado para potencializar as suas ações e cooperar em projetos especiais.

A.1.3 Os problemas apontados em A1.1. assolam hoje todas as organizações públicas de todos os poderes e instâncias de governo, sendo que acordos de cooperação semelhantes podem ser celebrados por todas elas.

A.2. De que maneira as causas do problema foram identificadas?

Incluir a descrição da sistemática utilizada para analisar e identificar as causas. Mencionar ferramentas utilizadas para a análise do problema. Informar as lideranças e profissionais envolvidos no processo de investigação.

Fatores de avaliação pela Banca Examinadora na resposta

A.2.1 Emprego de métodos de análise e solução de problemas

A.2.2 Trabalho em equipe na solução de problemas

A.2.1 As oportunidades foram identificadas no Planejamento Estratégico da Subprefeitura, em análise de SWOT, ao perceber que o foco nos problemas críticos tem monopolizado os esforços da organização, que fica sem energia para prospectar parcerias e desenvolver projetos especiais.

Da parte das universidades, as resoluções normativas do Ministério de Educação e Cultura exigem delas o desenvolvimento de projetos de extensão e pesquisa, para além da docência, ademais tem também a exigência do estágio obrigatório, motivos pelos quais elas apreciam os convênios com os órgãos públicos.

A.2.2 O Acordo de Cooperação é intrinsecamente um trabalho que une as equipes tanto dentro das organizações parceiras, quanto as envolve na formação de equipes interinstitucionais para o desenvolvimento dos projetos de extensão. O Acordo é um conjunto de Planos de Trabalho cocriados pelos coordenadores da Subprefeitura com os Coordenadores de Curso das universidades, conforme mencionado em A1.1. Para cada plano há um “mini” PDCA que é avaliado ao final do ciclo, conforme estabelecido pelo MROSC. Os Planos de Trabalho e seus resultados constam discriminados adiante.

B. A IDEIA

B.1. De que forma a solução foi planejada, concebida, desenvolvida e verificada?

Informar quais foram as lideranças e profissionais envolvidos no planejamento da prática, internos e/ou externos, e descrever o seu grau de mobilização. Apresentar as etapas principais e os recursos financeiros, humanos e/ou materiais envolvidos no desenvolvimento da prática até a solução final e entrada em regime. Incluir as principais origens ou fontes de inspiração, internas e/ou externas, para desenvolvimento da ideia. Destacar como ideias originais das pessoas, que poderiam dar resultados, foram estimuladas e/ou incorporadas buscando inovação. Descrever atividades de treinamento necessárias e sua abrangência. Informar como a evolução do projeto foi controlada até a implantação definitiva.

Fatores de avaliação pela Banca Examinadora na resposta

B.1.1 Planejamento e gerenciamento de projeto

B.1.2 Sistemática de trabalho em equipe de projeto/planejamento

B.1.3 Emprego de mecanismos de fomento da inovação no projeto/planejamento da prática

B.1.4 Uso de informações de concorrentes ou de outras organizações de referência (benchmarking) no projeto/planejamento da prática

B.1.1 A ideia surgiu da Coordenadora de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, que é também professora no UNASP. Ela apresentou a proposta para a Subprefeitura e também para o UNASP, que prontamente aceitaram trabalhar juntas em projetos de extensão universitária efetivamente relevantes para a sociedade. Os coordenadores da Subprefeitura e os coordenadores de curso do UNASP foram convidados a cocriar projetos de extensão seguidos de seus respectivos planos de trabalho (PDCA). Uma vez formulados e pactuados os planos, as equipes de servidores (do lado público) e equipes docentes e discentes foram mobilizadas pelos respectivos coordenadores de curso a fim de implementá-los.

B.1.2 A TABELA 1, abaixo, apresenta resumidamente como e quais foram os projetos de extensão realizados:

Curso	Projeto	Recursos
I. Arquitetura e Urbanismo	Projetos participativos e autossustentados de praças, atrelados a propostas de manutenção pela iniciativa privada, por meio de Termos de Permissão de Uso; projetos de mobiliário urbano mantidos por direito a publicidade; projetos de assistência técnica para habitação social (projetos de Moradia Econômica, Lei Municipal 10.105/86); disponibilização de estagiários voluntários para assistir a Coordenadoria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano	3 docentes (360h), 19 discentes (3040h) e 2 pontos focais da Subprefeitura (320h): tot. 3720h
II. Engenharia Civil	Levantamentos métricos cadastrais (topográficos) de áreas públicas e medição para fins de numeração oficial de ruas; projetos de estruturas, instalações elétricas e hidrossanitárias para habitação social (em complemento aos projetos de Moradia Econômica mencionados); disponibilização de estagiários voluntários para assistir a Unidade de Cadastro	1 docente (1600h) e 10 discentes (1600h) e 2 pontos focais da Subprefeitura (80h): tot. 3280h
III. Biologia	Avaliação e cadastro da arborização urbana segundo a metodologia SISGAU – Sistema de Gerenciamento da Arborização Urbana adotado pela Prefeitura	2 docentes (360h) e 4 discentes (720h) e 2 pontos focais da Subprefeitura (32h): tot.1112h
IV. Administração	Pesquisa de microclima organizacional para fins do Planejamento Estratégico da Subprefeitura	2 docentes (60h) e 2 discentes (120h) e 2 pontos focais da Subprefeitura (80h): tot.260h
V. Direito	Disponibilização de estagiários voluntários para assistir a Assessoria Jurídica da Subprefeitura Campo Limpo	2 discentes (1600h) e 1 ponto focal da Subprefeitura (80h)
VI. Análise de Sistemas	Criação de um banco de dados dos logradouros regionais (fichas de rua); e projeto de inclusão digital para deficientes físicos	tot.260h
Tot. UNASP= 9640h	Tot. SUBCL= 672h	TOTAL GERAL= 10312h

O UNASP ofereceu investimentos indiretos para as horas técnicas docentes, a R\$ 40,00/h, total R\$ 96.000,00; seguro, estadia e alimentação para os docentes e discentes oriundos do campus Engenheiro Coelho, com custo mensal estimado de R\$ 1.500,00/ pessoa, total R\$ 48.000,00; e seguro para os docentes e discentes do campus São Paulo, R\$ 2,50/pessoa/h, total R\$ 1.440,00

Para a realização das atividades a Subprefeitura Campo Limpo disponibilizou a sua própria sede, mas a presença do corpo social do UNASP pouco impactou os gastos com água, energia, copa e limpeza, ao longo da permanência de diferentes equipes em julho/17, janeiro e maio/18, somando 60 dias úteis, sendo que parte dos trabalhos foi complementada à distância. As visitas técnicas foram realizadas com os veículos alugados pela Subprefeitura, mas sem implicar em acréscimo ao valor mensal já contratado. As horas técnicas dos servidores já estavam embutidas em seus proventos

B.1.3 Para a Subprefeitura, a iniciativa oportunizou o mecanismo de fomento do MROSC e, para o UNASP, o Instrumento Avaliativo das Instituições de Ensino Superior do INEP/MEC.

B.1.4 Em termos de Prefeitura de São Paulo, trata-se de uma iniciativa inédita, considerando-se o diferencial de não envolver contrapartidas financeiras públicas. Em pesquisa nas bases digitais técnicas e acadêmicas (SciELO, Google Acadêmico, ProQuest) também não encontramos convênios desta envergadura, sem contrapartidas financeiras.

B.2. Como funciona a prática de gestão?

Explicar a sistemática de funcionamento da prática de gestão e mencionar os principais padrões gerenciais (regras de funcionamento), incluindo periodicidade e responsáveis. Incluir padrões relativos a metas almejadas. Informar como os padrões são veiculados para as áreas pertinentes. Destacar qualquer aspecto que torna a prática proativa, ágil e inovadora. Informar como os padrões gerenciais da prática se integram aos demais padrões gerenciais da organização. Informar a abrangência da prática de gestão bem como mecanismos de controle de sua correta aplicação.

Fatores de avaliação pela Banca Examinadora na resposta

B.2.1 Enfoque sistemático e com padrões de trabalho claros

B.2.2 Enfoque inovador, incorporando características originais que trazem benefícios

B.2.3 Enfoque proativo, estimulando a prevenção

B.2.4 Enfoque ágil, estimulando a flexibilidade e resposta rápida

B.2.5 Enfoque enxuto, visando à simplicidade e ao baixo custo

B.2.6 Integração ao sistema de padrões da organização

B.2.7 Aplicação é abrangente e controlada

B.2.1 Cada plano de trabalho descrito na TABELA 1 foi cocriado e cogerenciado por um docente do UNASP e um ponto focal da Subprefeitura (Coordenadores, Chefes de Unidade, Engenheiros, Arquitetos), os quais coorientavam os estagiários voluntários. Os planos de trabalho I, II e IV da TABELA 1 foram executados com estudantes do UNASP campus Engenheiro Coelho (durante as férias), e os planos III e IV com o campus São Paulo, e suas ações foram planejadas com foco nos produtos finais, limites de prazo e na divisão das tarefas em grupo. A coluna “Recursos” explicita a quantidade de horas técnicas empregadas pelas partes interessadas principais.

B.2.2 A inovação central deste projeto consistiu em conjugar esforços da Subprefeitura Campo Limpo e da academia com foco em problemas administrativos e socioterritoriais locais. As inovações específicas resultantes do Acordo de Cooperação foram: • A parceria ampara-se legalmente no Marco Regulatório da Sociedade Civil (MROSC) – um

instrumento pautado em “accountability”, com objetivos, indicadores, metas, prazos, recursos limitados e responsáveis; outrora, quaisquer ações de voluntariado prescindiam desta métrica; • A parceira privada (OSC) aporta recursos humanos, e indiretamente financeiros, em projetos inovadores de interesse público, sem implicar na contrapartida de aportes financeiros da Subprefeitura; • A cocriação e desenvolvimento de projetos participativos de Arquitetura e Urbanismo, sustentáveis e autossustentados financeiramente; • O resgate e incremento da política de “Moradia Econômica” para habitação social; proposta de revisão da Lei 10.105/86; • O suporte técnico da universidade em atividades em que o governo local está encontrando dificuldades – caso dos levantamentos métricos cadastrais; do cadastro da arborização urbana no SISGAU; dos subsídios para o Planejamento Estratégico; da informatização do acervo técnico; e, inclusive, do apoio às atividades na Coordenadoria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, Unidade de Cadastro, Coordenadoria de Projetos e Obras, Assessoria Jurídica e Coordenadoria de Administração e Finanças; • A abertura de oportunidades de estágio sem remuneração, mas com projetos relevantes e benefícios indiretos patrocinados pela universidade parceira.

B.2.3 A proatividade foi recíproca, mas o primeiro passo partiu da Subprefeitura Campo Limpo, vislumbrando o potencial de suporte técnico e inovador que a universidade poderia oferecer.

B.2.4 A ideia surgiu logo no começo desta gestão (Maio/2017) e o Acordo foi celebrado em menos de 30 dias após a aproximação entre as parceiras SUB-CL e UNASP.

B.2.5 Conforme exposto, a iniciativa tem custo incremental zero para o orçamento público (SUB-CL) e, os custos marginais do UNASP foram compensados pelos benefícios de marketing institucional e obrigações perante o MEC (extensão e estágio).

B.2.6 Embora inovadora, a iniciativa foi totalmente integrada aos padrões da organização, pois aproveitou instrumentos subutilizados de políticas públicas.

B.2.7 O Acordo de Cooperação Universitária é uma prática facilmente replicável, tanto é que conquistou a adesão de mais uma universidade instalada no território. I. O quê replicar? A aproximação entre o órgão público e a academia em projetos de extensão universitária com foco no interesse público. II. Por quê? Porque é uma relação ganha-ganha para a academia e para o órgão público que representa o interesse coletivo. III. Onde? Em qualquer órgão público, de qualquer instância ou Poder, basta inovar. Na SUBCL verificou-se que a desproporção de interesse dos colaboradores prejudica os projetos. IV. Quando? A qualquer tempo, havendo colaboradores interessados de ambos os lados. V. Quem? Quaisquer universidades e quaisquer órgãos públicos, havendo colaboradores engajados de ambos os lados. VI. Como? Se a universidade for uma Organização da Sociedade Civil, pode-se aplicar o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, Lei nº 13.019, de 31.7.2014, alterada pela Lei 13.204 de 14.12.2015. Pelo MROSC é possível celebrar: • Acordo de Cooperação, que não envolve a transferência de recursos financeiros do Poder Público para a universidade-OSC. • Termo de Colaboração, que envolve transferência de recursos financeiros para a OSC e se trata de projeto proposto pelo Poder Público, sob os regimentos do MROSC. • Termo de Fomento, que envolve transferência de recursos financeiros para a OSC e se trata de projeto proposto por Organização da Sociedade Civil submetido ao Poder Público, sob os regimentos do MROSC. Se a universidade for uma empresa, é possível celebrar: • Termo de Cooperação, que não envolve a transferência de recursos financeiros do Poder Público para a universidade. • Contratação, que envolve a transferência de recursos financeiros do Poder Público para a universidade, sob o regimento da Lei de licitações (Lei 8.666/93), cabendo eventuais casos de inexigibilidade. VII. Quanto custa? Depende das modalidades anteriormente expostas e do Programa de Trabalho.

B.3. Como funciona a sistemática de avaliação e melhoria da prática de gestão?

Na resposta, mencionar indicador ou indicadores, quantitativos ou qualitativos, utilizados para avaliar o desempenho da prática. Exemplificar eventuais melhorias implantadas na prática em função de avaliações.

Fatores de avaliação da resposta

B.3.1 Mecanismo de aprendizado da prática (avaliação e melhoria) estruturado

B.3.2 Indicadores consistentes para avaliar a eficácia da prática

B.3.1 Os produtos de cada Plano de Trabalho são avaliados com base em indicadores quali-quantitativos, considerando também o prazo e as horas técnicas empregadas pelas partes interessadas. Ao final do ciclo anual do Acordo de Cooperação, os parceiros avaliam o Programa de Trabalho como um todo, considerando o conjunto dos Planos de Trabalho, a fim de renovar (ou não) a parceria. Com o UNASP a SUB-CL já está no segundo ciclo do acordo, ao mesmo tempo em que está em tratativas para iniciar um Termo de Cooperação com o campus Campo Limpo da Universidade Anhanguera. Como oportunidade de melhoria fica a necessidade de engajar mais colaboradores dentro de cada organização parceira, e eventualmente investir alguma contrapartida financeira para atrair e fidelizar as universidades, por exemplo, bilhete único mensal para os voluntários.

B.3.2 Para os Planos de Trabalho da TABELA 1 foram avaliados os seguintes indicadores: entrega dos produtos planejados (total ou parcial); grau de satisfação da sociedade e clientes-cidadãos com os produtos apresentados (1 a 5 máx.); grau de satisfação da Alta Direção com os produtos apresentados (1 a 5 máx.); grau de viabilidade legal/ operacional/ financeira de implantação dos produtos apresentados (1 a 5 máx.); grau de satisfação do voluntariado (1 a 5 máx.).

C. OS RESULTADOS

C.1 Há um ou mais tipos de resultados relevantes, com demonstração de favorabilidade, obtidos em decorrência da implementação da prática?
 Apresentar um ou mais tipos de resultados relevantes obtidos em decorrência da implementação da prática, expressos, de preferência, quantitativamente, por meio de indicadores de nível de desempenho e demonstração de sua evolução (antes e depois). Apresentar, sempre que possível, resultado de referencial comparativo pertinente externo à organização (resultado de concorrente, de organização de referência no tema, organização líder em mercado mais desenvolvido, índices ou médias setoriais ou de mercado etc.), que permita avaliar a competitividade do resultado após a implementação. Se o resultado apresentado não decorrer exclusivamente da prática, justificar a correlação forte com a mesma.

Fatores de avaliação pela Banca Examinadora na resposta
 C.1.1 Relevância dos resultados obtidos
 C.1.2 Evolução antes e depois comprova melhoria
 C.1.3 Comparação com referencial demonstra competitividade

TABELA 2 – RESULTADOS

Curso	Resultados
I. Arquitetura e Urbanismo	3 projetos participativos e autossustentados de praças atrelados a propostas de manutenção pela iniciativa privada, por meio de Termos de Permissão de Uso (TPU); 3 projetos de mobiliário urbano mantidos por direito a publicidade; 9 projetos de assistência técnica para habitação social (Moradia Econômica, Lei Municipal 10.105/86); disponibilização de 3 docentes e 19 discentes. As equipes elaboraram um projeto de praça em cada Distrito da SUB-CL. Após treinamento em “Design Thinking”, os estudantes interagiram com os moradores do entorno, colhendo expectativas e testando propostas. Os projetos também deveriam propor estratégias de autossustentação financeira para a sua manutenção. Para a “Praça dos Cachorros”, no Distrito Vila Andrade, a equipe propôs um “playground para cães”, a ser patrocinado por empresa do ramo. Para as áreas livres do Parque Arariba, no Distrito Campo Limpo, propuseram uma praça de Food Trucks e uma estação de arborismo. Em ambos os distritos, as atividades econômicas seriam viabilizadas com TPU. Diferentemente dos anteriores, no Distrito Capão Redondo, de menor IDH, o caminho verde da Rua Mercedes Tesser Pochini seria mantido pela própria comunidade, que teria um espaço de quiosques para comercializar seus quitutes e produtos artesanais, como antes já fazia informalmente. Nesta linha as equipes também criaram projetos de mobiliário urbano. Por fim, elaboraram projetos-padrão de Moradia Econômica, que são oferecidos gratuitamente pela Prefeitura para famílias de baixa renda
II. Engenharia Civil	3 levantamentos métricos cadastrais de áreas públicas e 3 medições de ruas para fins de numeração oficial; 9 projetos de estruturas e instalações elétricas e hidrossanitárias para habitação de interesse social (Moradia Econômica); disponibilização de 1 docente e 10 discentes. A pedido da SUB-CL, a equipe de Engenharia Civil trouxe estação total para efetuar levantamentos topográficos em áreas “sub judice”, que a Prefeitura não tinha recursos materiais, humanos e financeiros para fazer. Os estudantes também colaboraram na medição de ruas, para que a Unidade de Cadastro atribuisse numeração oficial aos domicílios, o que foi um serviço de grande valia para a oficialização do endereço de aproximadamente 100 famílias. À distância, sob supervisão da professora, a equipe complementou os projetos arquitetônicos de Moradia Econômica com os projetos estruturais e de instalações elétricas e hidrossanitárias.
III. Biologia	avaliação e cadastro da arborização urbana segundo a metodologia SISGAU – Sistema de Gerenciamento da Arborização Urbana adotado pela Prefeitura; disponibilização de 2 docentes e 4 discentes. Após treinamento com agrônomos da SUB-CL, a equipe de Biologia efetuou o cadastro SISGAU das árvores das praças projetadas pela equipe de Arquitetura. Com o apoio do curso de TI, elaborou um sistema “QR Code” de acesso público para o cadastro das árvores.
IV. Administração	Pesquisa de microclima organizacional, disponibilização de 2 docentes e 2 discentes. A pesquisa foi cocriada com a equipe da SUB-CL para subsidiar seu Planejamento Estratégico.
V. Direito	Disponibilização de 2 estagiários voluntários para assistir a Assessoria Jurídica da Subprefeitura Campo Limpo, que está com insuficiência de quadros.
VI. Análise de Sistemas	Criação de um banco de dados dos logradouros regionais; projeto de inclusão digital para deficientes físicos (aguardando implementação); disponibilização de 2 docentes e 2 discentes. A equipe criou um banco de dados para o qual migraram as fichas de rua anteriormente manuscritas. O projeto de oferta de cursos para deficientes físicos só está aguardando a indicação dos beneficiários pela Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência, por intermédio da SUB-CL.

Projeto do Caminho Verde da R. Mercedes T. Pocchini – vide maquete eletrônica:

<https://drive.google.com/file/d/1BV_MAOEapbhsUpucmFKYqyf7T5-2uKq6/view?usp=sharing>



Ilustração 1: “QR Code” de árvore cadastrada no SISGAU.

Ilustrações 2 e 3: projeto de Moradia Econômica de uso misto para geração de trabalho e renda, estudante Jones A. R. Nascimento.

C.2. Quais são outros benefícios intangíveis decorrentes da implementação da prática, baseados em constatações, fatos, depoimentos ou reconhecimentos? Descrever eventuais reflexos positivos nas partes interessadas.

Fatores de avaliação pela Banca Examinadora na resposta

C.2.1 Alcance de outras partes interessadas evidenciados

C.2.2 Relevância de benefícios intangíveis para outras partes interessadas

C.2.1 Para a Alta Direção da SUB-CL, os cidadãos e a sociedade, o maior benefício intangível foi o incremento de políticas públicas que os servidores municipais não conseguiriam realizar sozinhos, tampouco haveria recurso orçamentário para tais. Para os colaboradores da SUB-CL, trabalhar em projetos especiais com grande visibilidade pela sociedade foi benéfico para a autoestima corporativa, que se encontra muito baixa em função da conjuntura. Para os docentes e direção acadêmica do UNASP, houve ampla abertura para projetos de extensão, pesquisa e docência (metodologias ativas). Para os discentes do UNASP, foi a oportunidade de estágio para a conclusão de curso, ao mesmo tempo em que manifestaram grande satisfação pessoal pelo voluntariado e relevância dos trabalhos realizados em caráter de responsabilidade social.

C.2.2 Conforme exposto em C.2.1 os beneficiários diretos, os potenciais coletivos difusos elegíveis aos benefícios e a sociedade como um todo ganharam com as novas políticas públicas e produtos incrementados.

D. A APRESENTAÇÃO PÚBLICA

D.1 A apresentação pública do Case desperta interesse para a Prática de Gestão?

Fatores de avaliação pela Banca Examinadora na apresentação

D.1.1 Objetividade e clareza
D.1.2 Pontualidade e método
D.1.3 Estímulo ao público

Este Critério será apresentado presencialmente pelas finalistas no Evento do PPQG - Modalidade Mérito da Inovação em Gestão e não precisa ser aqui relatado. A apresentação deverá ser preparada em formato “ppt” cobrindo os Critérios A, B e C em seus aspectos mais relevantes em 15 minutos.

Glossário

Citar, se necessário, glossário para siglas e termos não usuais.

Não há pontuação para este item e não onera a contagem de limite de páginas.

H: horas técnicas dos colaboradores

MROSC: Marco Regulatório da Sociedade Civil – MROSC, Lei nº 13.019/14, alterada pela Lei 13.204/15, regulamentada pelo Decreto Municipal no 57.575/16

PDCA: Ciclo de planejamento “plan-do-check-act”, muito utilizado no Modelo de Excelência em Gestão

SISGAU: Sistema de Gestão da Arborização Urbana

SUB-CL: Subprefeitura Campo Limpo

SWOT: autoanálise e análise contextual da organização “strengths, weakness, opportunities,threatens”, muito utilizado no Modelo de Excelência em Gestão

UNASP: Centro Universitário Adventista de São Paulo

Referencias Bibliográficas

Citar, se necessário, as fontes bibliográficas que foram usadas nesse trabalho.

Não há pontuação para este item e não onera a contagem de limite de páginas.

BRASIL. Entenda o MROSC – Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, Lei 13.019/2014. Disponível em < http://portal.convenios.gov.br/images/docs/MROSC/Publicacoes_SG_PR/LIVRETO_MROSC_WEB.pdf > Acesso em 05. Out.2018

FARAH, M. F. S. Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo. Revista de Administração Pública, v. 35, n. 1 (2001). Disponível em

<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6364/4949> Acesso em 05. Out.2018

FUNDAÇÃO NACIONAL DA QUALIDADE. Modelo de Excelência em Gestão. 21ª. Edição. Brasília, FNQ, 2016.

KANAANE, R.; FIEL A.; FERREIRA, M.G. (Orgs.) Gestão Pública: planejamento, processos, sistemas de informação e pessoas. São Paulo, Atlas, 2010.

OSBORN, D.; GAEBLER, T. Reinventando o governo: como o espírito empreendedor está transformando o Setor Público. Brasília, Ed. MH, 1994.

Limite de páginas do Case, até o final do Critério C, incluindo Informações da Organização e Questões Formuladas, conforme o Porte:
De 1 a 50 funcionários - 5 páginas; de 51 a 250 funcionários - 6 páginas e Acima de 250 funcionários - 7 páginas.

O Sistema de Pontuação do PPQG - Modalidade Mérito de Inovação em Gestão, utilizado pela Banca Examinadora para avaliar os 26 Fatores dos Critérios “A”, “B”, “C” e “D” com notas de 0 a 10, estão disponíveis a partir do Regulamento desta Modalidade no site do PPQG.

Os Critérios dessa Modalidade do PPQG estão baseados nos Critérios de Premiação da Inovação em Gestão®, copyright da Compumax®.

Após preenchimento enviar para ppqg@ppqg.org.br juntamente com o Comprovante de Inscrição (ver site).